

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



PEC 241/2016 e a Subtração de Recursos para a Saúde

Maria Lucia Fattorelli

Audiência Pública – CDH do Senado Federal
Brasília, 17 de outubro de 2016

PARADOXO BRASIL

9ª Maior Economia Mundial

IMENSAS POTENCIALIDADES ABUNDÂNCIA

- **Maior reserva de Nióbio do mundo**
- **Terceira maior reserva de petróleo**
- **Maior reserva de água potável do mundo**
- **Maior área agriculturável do mundo**
- **Riquezas minerais diversas e Terras Raras**
- **Riquezas biológicas: fauna e flora**
- **Extensão territorial e mesmo idioma**
- **Clima favorável**
- **Potencial energético, industrial e comercial**
- **Riqueza humana e cultural**

CENÁRIO BRASIL 2015/2016 ESCASSEZ

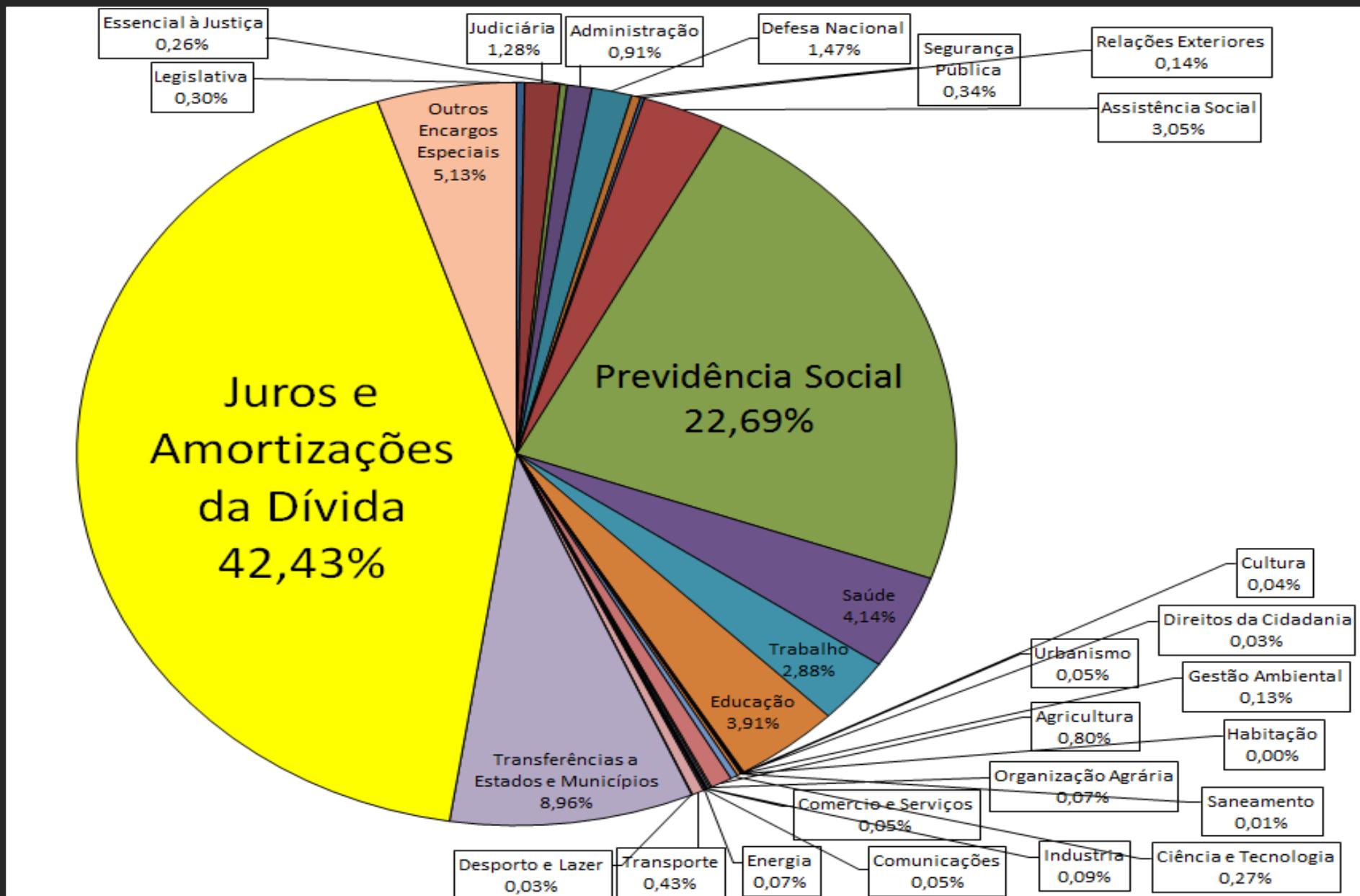
CRISES

- **Econômica seletiva**
 - Desindustrialização
 - Queda da atividade comercial
 - Desemprego
 - Perdas salariais
 - Privatizações
 - Encolhimento do PIB
- **Social**
- **Política**
- **Ambiental**

AJUSTE FISCAL: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações

CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = CRISE FISCAL

Orçamento Geral da União 2015 (Executado) Total = R\$ 2,268 trilhão



PEC 241 NÃO SOLUCIONARÁ A CRISE ATUAL

O governo e setores da grande mídia estão instalando um clima de terrorismo no país e fazendo uma tremenda lavagem cerebral na população, afirmando que se a PEC 241 não for aprovada o Brasil “quebra”, usando ainda o óbvio discurso de que é necessário controlar gastos. Óbvio! Afinal, quem seria contra controlar gastos?

As questões que não enfrentam são: O que está “quebrando” o Brasil? Que gastos estão de fato precisando ser controlados? O que a PEC 241 pretende fazer? O que está por trás dessa PEC 241? Por que não são enfrentadas as amarras que impedem que o Brasil, o país da abundância, garanta vida digna para todas as pessoas?

Você está sendo roubado pela PEC 241

QUAL AS CAUSAS DA CRISE ATUAL?

- **Déficit**

2016 Projeção de déficit de R\$170,5 bilhões
2015 Déficit de R\$ 111,2 bilhões

- **Elevada Dívida Pública**

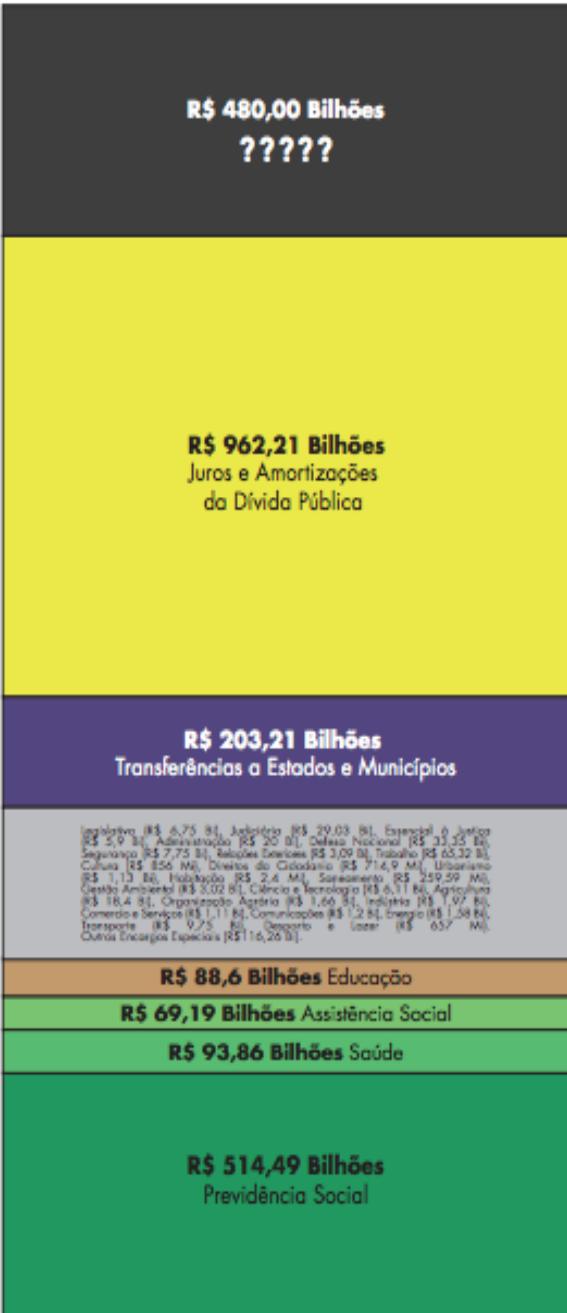
A Dívida Pública tem sido colocada como justificativa para todos os projetos em andamento no Congresso Nacional, que suprimem direitos sociais: PLP 257/2015; PEC 241/2016; PEC da DRU e DREM etc.

**Que déficit é esse?
Qual a razão do crescimento da dívida?**

RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES
Realizadas em 2015 - Fonte: CGU - Transparência Brasil



DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES
Pagas em 2015 - Fonte: SIARI - Sistema SigaBrasil Senado Federal



QUANDO COMPUTADAS TODAS AS CONTAS NÃO HÁ DEFICIT

SOBRARAM R\$ 480 bilhões em 2015

- Juros e amortizações da dívida: gasto mais relevante (42,43%)
- Dívida consumiu não somente receitas financeiras, mas também outras receitas orçamentárias, retirando recursos de áreas essenciais

O que está “quebrando” o Brasil?

- **Elevadíssimas taxas de juros**: praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros, que promove a multiplicação da dívida por ela mesma;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras, provocando prejuízo de centenas de bilhões em 2014/2015;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das “operações compromissadas”, realizadas pelo BC com os bancos, sem a devida transparência. Estima-se gasto de pelo menos R\$200 bilhões em 2015.

O ajuste fiscal e os cortes devem ser feitos nos juros abusivos

“O Banco Central está suicidando o Brasil”

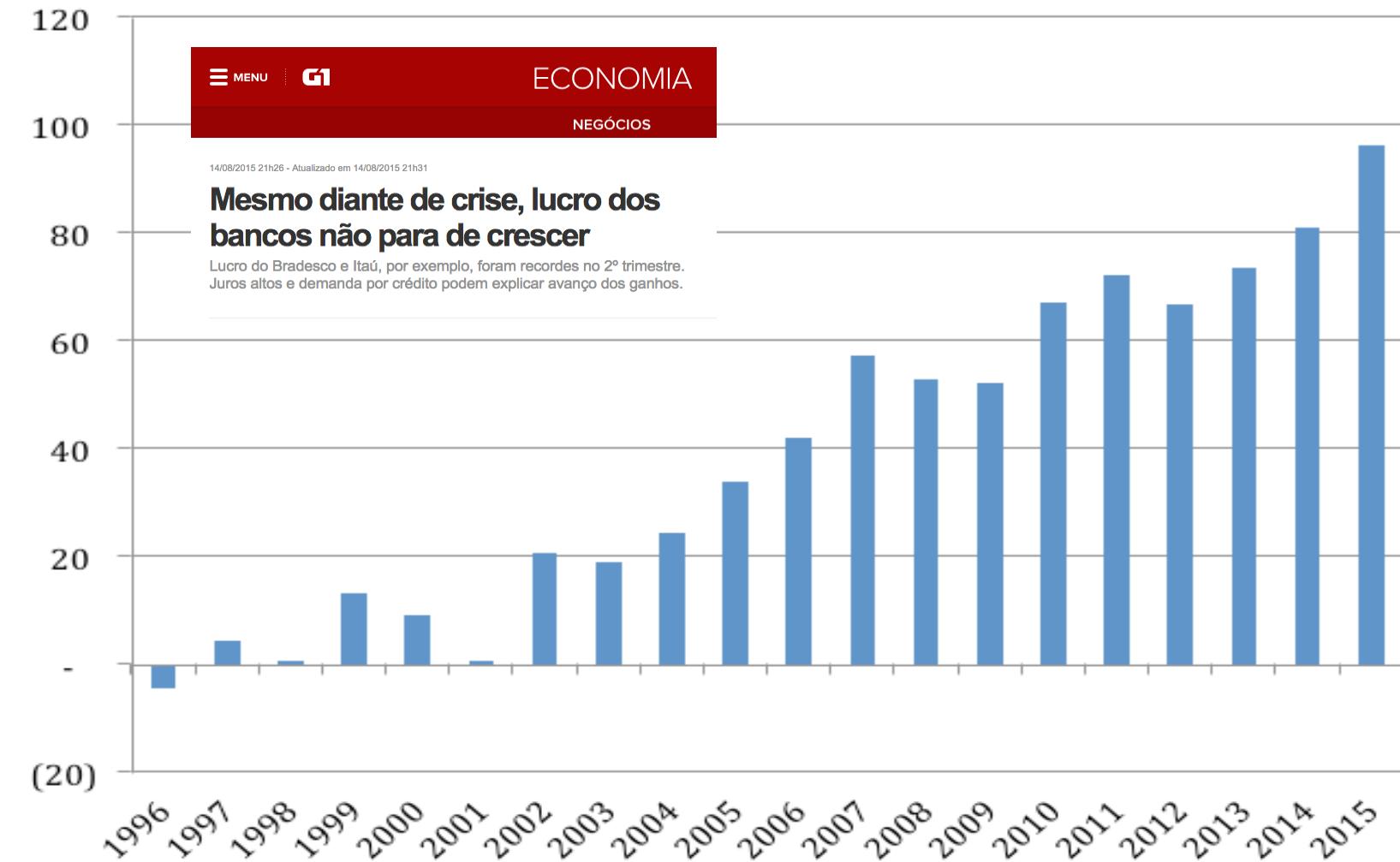
Evidência revelada pela Auditoria Cidadã “SISTEMA DA DÍVIDA”

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: **CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário:
Setor financeiro



Quem ganha?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

Em 2015, apesar da desindustrialização, da queda no comércio, do desemprego e da retração do PIB em quase 4% o LUCRO DOS BANCOS foi 20% superior ao de 2014, e teria sido 300% maior não fossem as exageradas provisões que reduzem seus lucros tributáveis:

The screenshot shows the 'Economia' section of the 'Correio Braziliense' newspaper. The main headline reads: 'Reserva de bancos contra calotes vai a R\$ 183,7 bi'. Below the headline, a sub-headline states: 'CONJUNTURA / Provisões aumentam 24,7% em relação a 2014 e batem recorde. Para especialistas, com desemprego maior, queda na renda e falência de empresas, instituições financeiras terão de ampliar a poupança para cobrir as perdas com inadimplência.' The page also features several economic tables and charts, including one showing interest rates (Bases na quarta-feira) and another showing the evolution of the Brazilian Real (Bolsa). Other tables include Salário mínimo, Dólar, Bovespa, and CDB.

Economia

7 - CORREIO BRAZILIENSE - Brasília, quinta-feira, 4 de novembro de 2016

Bases na quarta-feira

Base	2015	2014
CDI	2,57%	2,57%
CDI + inflação	11,13%	10,74%

Bolsa: Índice Bovespa nos últimos dias tem oscilado

2015	2014
30.630	30.588

Salário mínimo

R\$ 880

Dólar

R\$ 3,916
(+ 1,74%)

Euro

R\$ 4,317
(- 0,46%)

Capital de giro

18,11%

CDB

13,49%

Inflação IPCA-Avaria em %

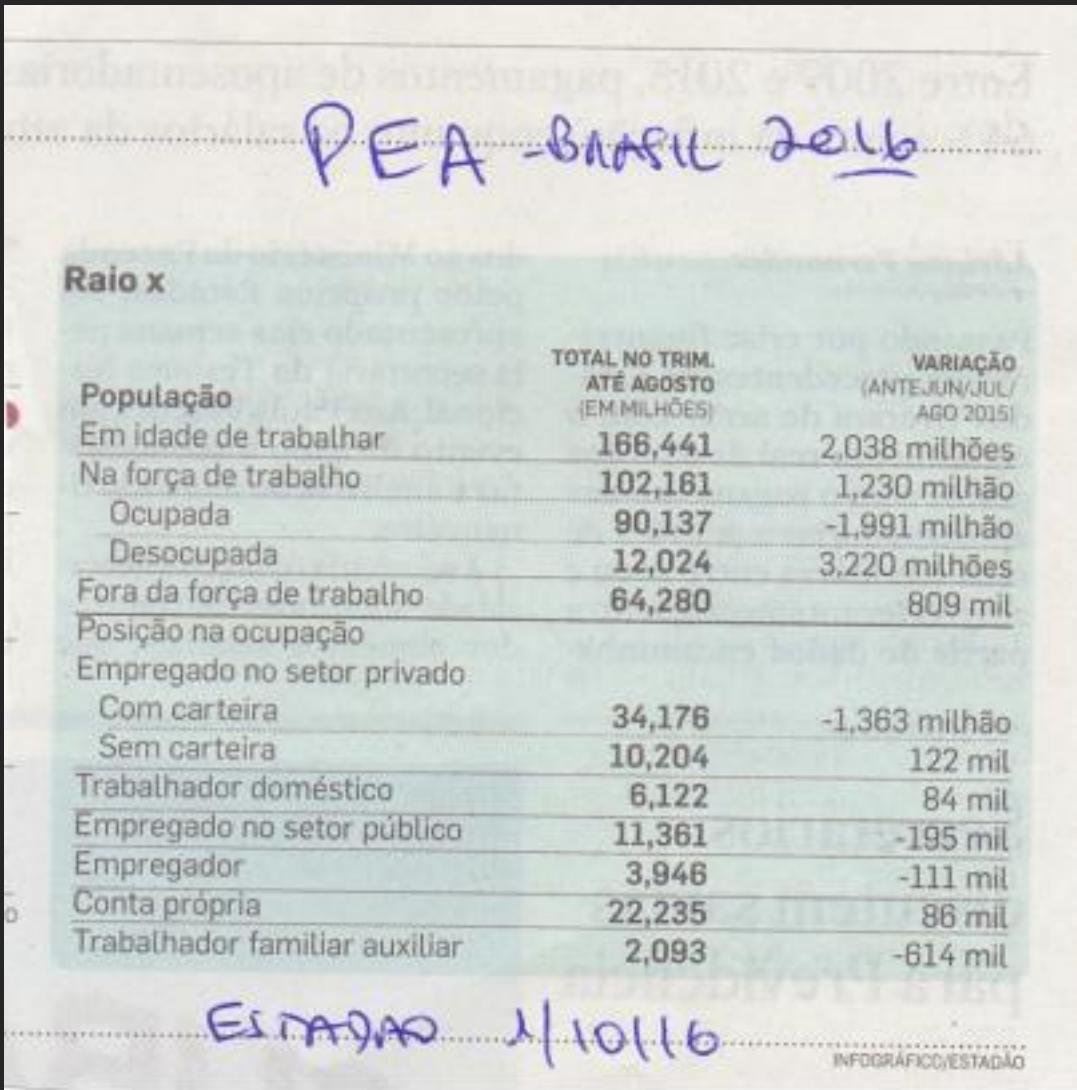
Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015
0,22	0,24	0,24	0,24
0,22	0,24	0,24	0,24
0,22	0,24	0,24	0,24
0,22	0,24	0,24	0,24

CONJUNTURA / Provisões aumentam 24,7% em relação a 2014 e batem recorde. Para especialistas, com desemprego maior, queda na renda e falência de empresas, instituições financeiras terão de ampliar a poupança para cobrir as perdas com inadimplência.

Reserva de bancos contra calotes vai a R\$ 183,7 bi

Quem perde?

DESEMPREGO e SUB-EMPREGO



Vivendo
com
menos
de um
salário
mínimo

O desemprego e a
recessão aceleraram o
aumento da pobreza no
Brasil em 2016.

Pesquisa mostra que
23,4% da população
economicamente ativa
ganha menos de R\$ 880,
o piso salarial do país. É
o caso de André Santos,
que foi dispensado da
empresa onde
trabalhava. Ele agora
faz bicos de auxiliar de
pedreiro e ganha no
máximo R\$ 700 por mês
para sustentar a mulher
e os quatro filhos.

PÁGINA 8

23,4 % da população ativa
vive com menos de 1 salário
mínimo.

Correio Braziliense de 12/07/2016

Crise Fiscal tem sido a justificativa para projetos que cortam direitos sociais para destinar recursos para a dívida

- **PEC 241/2016:** congela por 20 anos os gastos **primários** para destinar recursos para a **dívida** e para **empresas estatais não dependentes** (goo.gl/YmMe8m)
- **PLP 257/2016:** faz um verdadeiro desmonte do estado brasileiro para servir ao pagamento da dívida nunca auditada (<http://goo.gl/yCCpue>)
- **PEC 143/2015 e 31/2016:** aumento da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e criação da DREM, representam a morte do SUS (<http://goo.gl/3X9LVf>)
- Propostas de **contrarreforma da previdência:** aumenta idade para aposentadoria e subtrai direitos (<http://goo.gl/uu9Opc>)

“Crise” abre espaço para implantação de esquemas financeiros fraudulento

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA PEC-241

“...Faz-se necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública....”

- ✓ Congelamento de gastos primários por 20 anos!
- ✓ Liberdade Total, SEM LIMITES, para gastos com:
 - **dívida pública**
 - **empresas estatais não dependentes**

PEC 241 ESCONDE ESQUEMA FRAUDULENTO

<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/06/nao-pec-2412016-2/>

NOVOS ESQUEMAS DE GERAÇÃO DE DÍVIDA

- ILUSÃO: venda, cessão ou novação de “Dívida Ativa” podre que na verdade não sai do lugar
- CRIAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES
- EMISSÃO DE DEBÊNTURES: papel financeiro NOVO vendido a investidores privilegiados com desconto de até 60% e juros de 20% ou mais sobre o valor de face
- Imenso dano ao erário = geração de obrigação onerosa = DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA

PEC 241: teto para investimentos sociais essenciais e garantia de recurso para esquema fraudulento que o PLS 204/2016 o PLP 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar”
<http://goo.gl/YmMe8m>

Esquema financeiro ilegal rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para o trabalhador

NÃO aos projetos PLP 181/2015 e PL 3337/2015 e ao PLS 204/2016

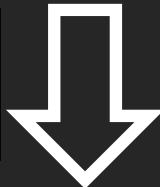
O Congresso Nacional está para votar, com urgência, um verdadeiro escândalo:

A mesma proposta de emenda constitucional **PEC 241/2016**, que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, **garante recursos para "empresas estatais não dependentes"**. Assim, a PEC 241 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Os projetos de lei **PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015** visam "legalizar" esse esquema.

COMO FUNCIONA O ESQUEMA?

ENTE FEDERADO
Estado ou Município

Garantia Pública
(em valor equivalente a créditos de Dívida Ativa e outros)



Debênture Subordinada
(serve para documentar a garantia pública corrigida monetariamente)

ESTATAL NÃO DEPENDENTE
Pessoa jurídica de direito privado

Compra Debênture Senior
com elevado deságio e
Pagamento parcelado



Venda de Debênture Senior
(papel novo, desvinculado, que paga correção mais juros)

INVESTIDOR

Como o esquema está funcionando em Belo Horizonte



Criada por Lei Municipal com
Capital de R\$100 mil

Debêntures pagam juros exorbitantes: IPCA + 11%

Segunda emissão de debêntures:

No dia 15 de abril de 2014 a PBH Ativos S/A realizou sua segunda emissão de debêntures, sendo a primeira pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil gerando uma emissão total de R\$ 230 milhões. O prazo de vencimento das debêntures será de 7 anos com pagamentos mensais de amortização e juros, à taxa de 11% ao ano acrescido de atualização monetária, utilizando-se como indexador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O pagamento das debêntures é garantido pela cessão fiduciária dos Direitos de Créditos Autônomos. A Fitch Ratings atribuiu rating AA a emissão.

Característica da Emissão:

Emissora: PBH Ativos S.A.

Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.

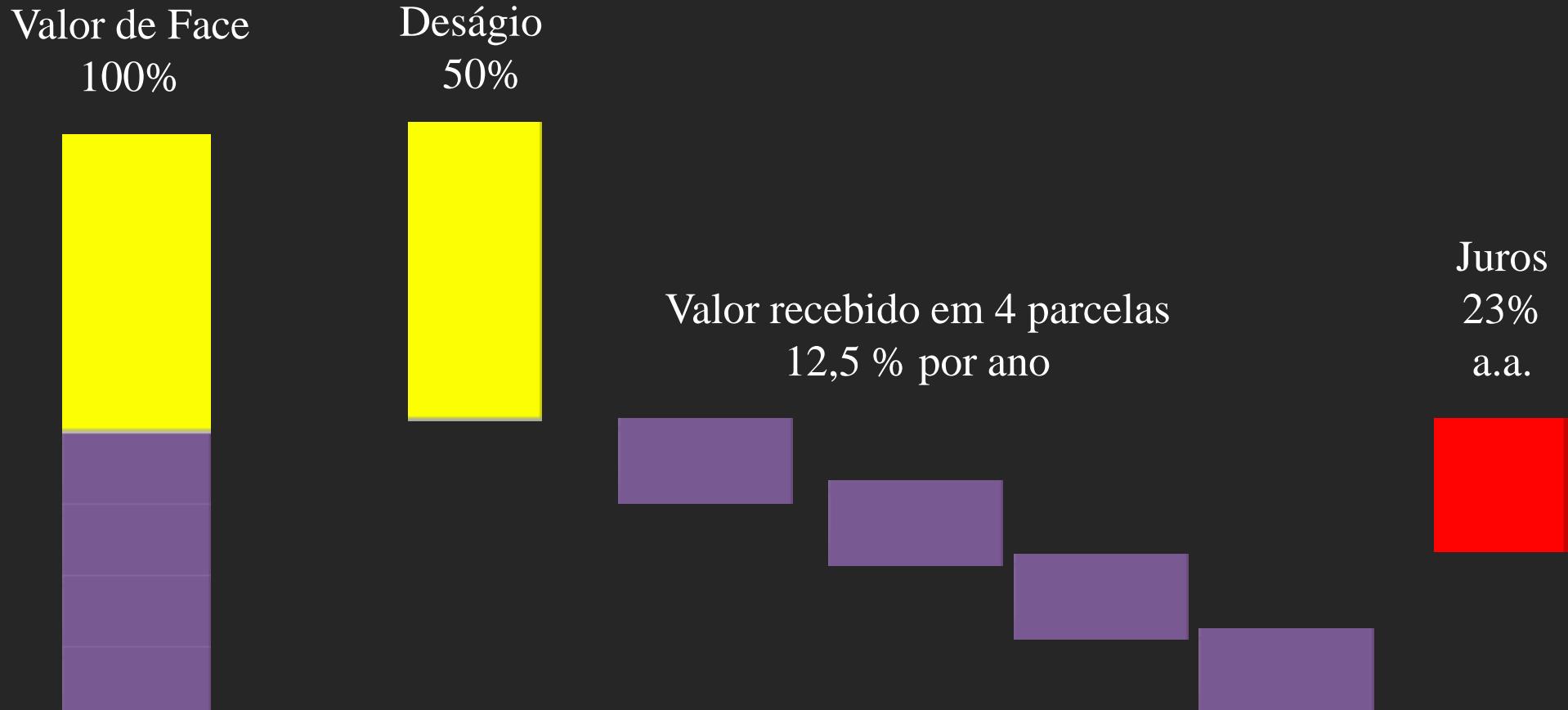
Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Banco Centralizador: Banco do Brasil S.A.

Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.

Liquidante: Itaú Unibanco S.A.

Juros pagos pela “estatal não dependente” pode superar a parcela anual recebida de investidores



O valor desembolsado pelo investidor privilegiado que compra as debêntures senior é menor que os juros que recebe, pois paga parcela de 12,5% do valor de face e recebe juros de 23%. A estatal ainda arca com custos financeiros consultorias, remuneração administradores... onerando pesadamente o Estado.

Entes Federados proporcionam GARANTIA

O que está sendo cedido pelo ente público para as estatais não dependentes que emitem debêntures é simplesmente a garantia pública em valor equivalente aos créditos inscritos ou não em dívida ativa.

O ente público recebe debêntures subordinadas para documentar essa garantia concedida.

- **Geração de DÍVIDA PÚBLICA**
- **Aprofundamento da Financeirização**



Esquema de Geração de Dívida Pública

Estados e municípios não terão benefício algum

Recursos auferidos pela empresa estatal não dependente com a venda de debêntures *senior* serão rapidamente consumidos com:

- Deságio
- Pagamento de juros exorbitantes
- Consultorias e custos financeiros
- Remuneração de administradores

Por se tratar de **estatal não dependente**, os entes federados serão chamados a honrar a garantia e continuar pagando juros e amortizações das debêntures, gerando dívida pública.

**PEC 241/2016 GARANTE RECURSOS PARA
ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**

COMO ESSE ESQUEMA ENTROU NO BRASIL:

www.abbaconsultoriareinamento.com.br/index.php/artigos/noticias-4/115-consultoria-sobre-estruturação-de-emissão-de-debentures-nos-estados-e-municípios



CONSULTORIAS PRIVADAS

15/03/2014 11:11

Home Empresa Cursos Consultoria Palestras Artigos Contato

Consultoria Sobre Estruturação de Emissão de Debêntures nos Estados e Municípios

Emissão de Debêntures - nova forma de geração de receitas para Estados e Municípios - Confira!!!



Pesquise aqui!

Receba informativos, novidades e muito mais, cadastre-se.

Nome

E-mail

Assinar

Receba uma proposta para o curso In Company

Semelhança com a empresa EFSF, sediada em Luxemburgo, paraíso fiscal na Europa, criada por imposição do FMI

**EXPERTISE
DO FMI**



Clique aqui!



Entre em contato:
(61) 3039-8126

Nos últimos anos, Estados e Municípios brasileiros procuram alternativas para o financiamento de programas voltados para investimentos públicos e obras de infraestrutura. Uma alternativa que os governos estaduais e municipais estão buscando é a emissão de títulos com lastro em recebíveis. A Comissão de Valores Mobiliários autoriza esse tipo de operação, desde que os entes públicos interessados realizem a estruturação das emissões dentro dos padrões aprovados pela CVM e atendam algumas regras do mercado de capitais.

A ABBA Consultoria possui entre seus consultores, profissionais que já realizaram com sucesso essas operações em governos estaduais e municipais, a exemplo da prefeitura de Belo Horizonte e do Governo do Estado de Goiás.

Consulte-nos para conhecer essa nova forma de geração de receitas em uma época de recursos escassos.

A ABBA Consultoria ajuda você e sua equipe a viabilizar essa nova maneira de financiar programas governamentais.

Oferecemos Consultoria Presencial, Consultoria à distância (perguntas e respostas), Cursos In Company, Workshops

CONSULTORES RESPONSÁVEIS:

MSc EDSON RONALDO NASCIMENTO

Economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Especialista em Administração Financeira: Fundação Getúlio Vargas

Mestre em Administração Pública: Universidade de Brasília – UNB

Assistant Consultant do Fundo Monetário Internacional -FMI

Realizou a primeira emissão de Debêntures junto a Prefeitura de Belo Horizonte, primeira capital a se financiar com esse tipo

COMO O ESQUEMA SE ALASTRA

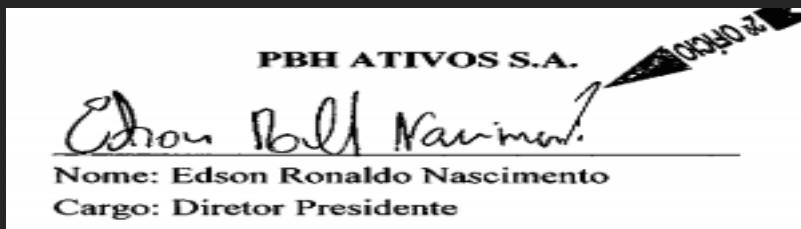
Edson Ronaldo do Nascimento

- Consultor responsável da ABBA
- Presidente da PBH Ativos S/A (Empresa não dependente do Município de Belo Horizonte)
- Superintende da Fazenda de Goiás
- Secretário de Fazenda de Tocantins
- Consultor Assistente do FMI

CONSULTORIAS PRIVADAS

=

CONFLITO DE INTERESSES



Nome: Edson Ronaldo Nascimento
Cargo: Diretor Presidente

A MESMA PESSOA

- ✓ Vende consultoria
- ✓ Preside estatal não dependente criada conforme sua consultoria
- ✓ Ocupa cargos em Estados onde estão sendo criadas estatais não dependentes conforme sua consultoria

Edson Nascimento deixa Sefaz após sete meses; subsecretário responderá pela pasta

O então titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Edson Ronaldo Nascimento, deixou o comando da pasta. A informação foi confirmada pela assessoria, que disse que o gestor se despediu na quinta-feira, 28, da equipe técnica. Não será emitida nota sobre a questão e a decisão para sair foi pessoal. O subsecretário Paulo Antenor de Oliveira vai responder pela Sefaz até ser anunciado substituto.

Foto: Luciano Ribeiro/Governo do Tocantins



Edson Ronaldo Nascimento ocupava o cargo de superintendente executivo na Sefaz de Goiás antes de assumir a Fazenda do Tocantins em janeiro deste ano. Na época, o governador Marcelo Miranda (PMDB) anuncjava reforma na estrutura administrativa do Executivo, quando o número de secretarias foi reduzido de 19 para 14.

INCOERÊNCIA

- Conjuntura de aceleração de Privatizações de empresas estatais estratégicas e lucrativas
- Criação de “estatais não dependentes” regidas pelo direito privado para emitir debêntures com garantia pública (PLS 204 e PEC 241)
 - Emitir debêntures é atividade de Estado???
 - Qual a necessidade desse tipo de negócio para o Estado???
 - Qual o benefício que esse tipo de estatal trará para a sociedade???



ASSINE ENTRAR QUEM SOMOS AJUDA

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças

INICIE UMA PETIÇÃO

Senadores Votem NÃO ao PLS 204/2016; Deputados Votem NÃO à PEC 241, ao PLP 181/2015 e PL 3337/2015.



Criado por
Bernardo P.
Brasil



A ser entregue
para:
Senado Federal,
Congresso Federal

ASSINE A PETIÇÃO

“ Congresso Nacional, diga NÃO a esquema fraudulento: Senadores Votem NÃO ao PLS 204/2016; Deputados Votem NÃO à PEC 241, ao PLP 181/2015 e PL 3337/2015.

Coloque seu endereço de email:

email

Porque isso é importante? (opcional)

Avaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

ASSINE

PARADOXO BRASIL



*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*

- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **75º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH**
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** ([Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais](#))
- **Penúltimo no ranking do crescimento econômico em 2016**

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

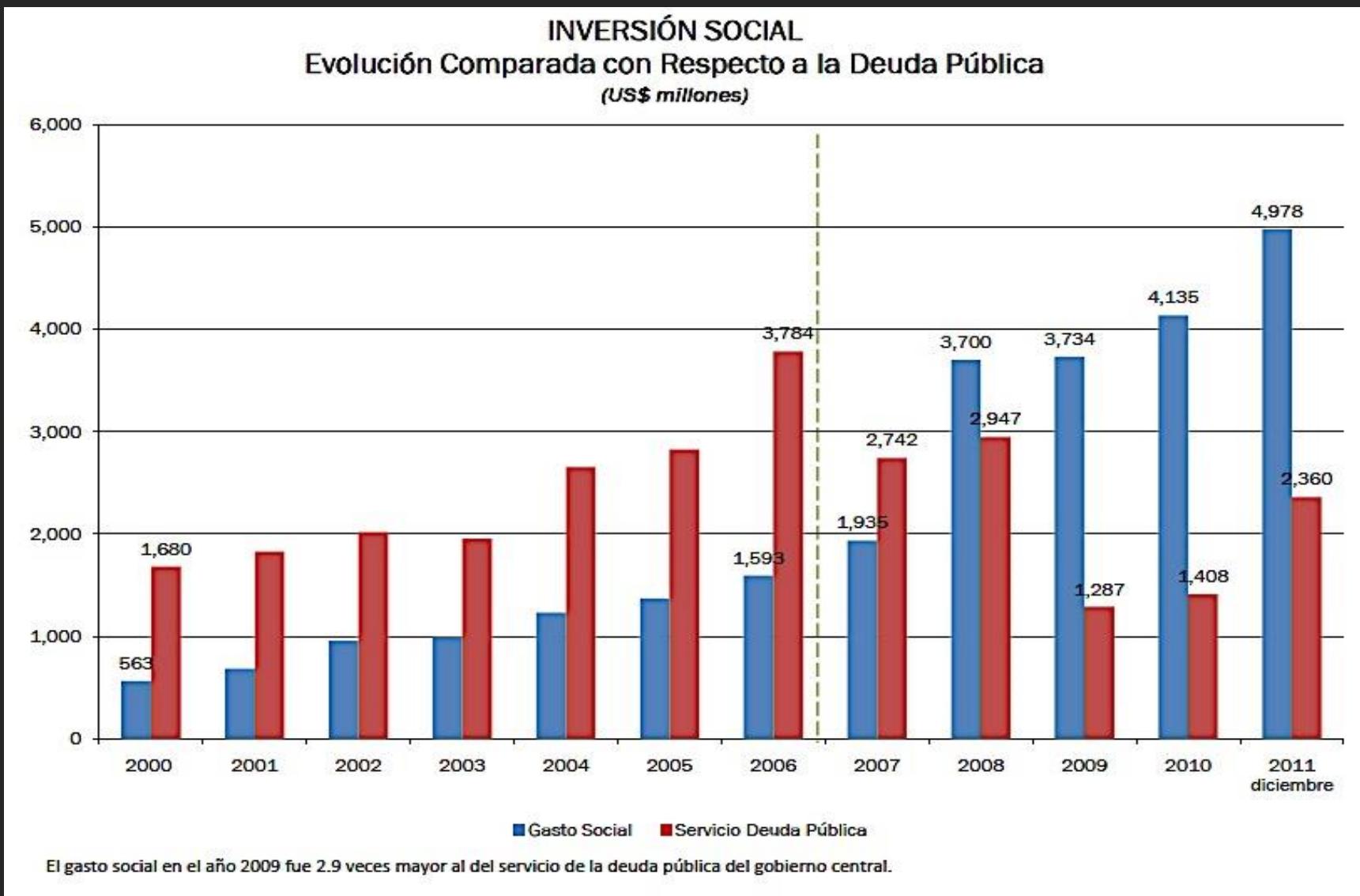
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

PEC 241/2016 IMPIDE O AUMENTO DE GASTOS SOCIAIS OCORRIDO NO EQUADOR APÓS A AUDITORIA DA DÍVIDA



ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇOES CONCRETAS

- **Frente Parlamentar Mista** para realizar Auditoria da Dívida com Participação Social: **Reunião dia 11/10/2016**
- **NÚCLEOS** da Auditoria da Dívida Pública e **CURSO**
- Reivindicar a AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ para desmascarar o “Sistema da Dívida” e redirecionar a aplicação dos recursos: **RETIRAR A PEDRA DO CAMINHO**
- Sair do cenário de escassez para viver a realidade de abundância, garantindo vida digna para todas as pessoas
- Exigir Voto NÃO à PEC 241/2016 e aos **PLS 204/2016** o **PLP 181/2015** e **PL 3337/2015** visam “legalizar” esquema fraudulento que geram dívida pública e aprofundam a financeirização no Brasil

A apenas 15 quilômetros do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive idosos e crianças, disputam o lixo de Brasília para sobreviver. Isso é consequência do Sistema da Dívida. É urgente sairmos desse cenário de escassez.



Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina